



# SEGUE A CAMPANHA PELA RECOMPOSIÇÃO SALARIAL

Pág 8



MANIFESTO 8  
DE MARÇO

Pág 5



DÍVIDA  
PÚBLICA

Pág 10



20 ANOS DO  
SINDJUFEB-BA

Pág 12



O novo ano se inicia com uma grande tarefa colocada: debater e construir uma ampla mobilização, em torno da campanha salarial unificada dos servidores públicos federais. Construir essa unidade efetiva, não será fácil, assim como não será fácil mobilizar os trabalhadores em cada categoria. Da mesma forma, sabemos que não será simples obter vitória nessa empreitada. Contudo, não temos nenhuma dúvida que, sim, é possível ter sucesso, tanto na construção da campanha, quanto na mobilização das categorias.

A campanha salarial foi lançada no dia 2 de fevereiro, em uma Plenária que reuniu o Fonasefe (Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais), o Fonacate (Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado), as federações e sindicatos dos trabalhadores do Serviço Público e as centrais sindicais. Nesta campanha, é importante que se diga, as categorias do Serviço Público não reivindicam ganhos reais, e nem, ao menos, a recomposição de todas as perdas inflacionárias acumuladas. O que está em pauta é uma recomposição emergencial de perdas inflacionárias, apenas no Governo Bolsonaro (PL), que já chegam a 1/5 do valor do nosso salário. Perdas estas, que são duramente sentidas e impactam o orçamento doméstico de cada um dos trabalhadores do setor.

Em nossa categoria, a última parcela do reajuste, arrancado do Governo Temer (MDB), foi aplicada em janeiro de 2019. De lá para cá, a inflação oficial (IGP-M) chegou a 35,53%. Assim, o debate que devemos levar aos nossos locais de trabalho é: enquanto, com a ajuda do Governo Federal, os bancos aumentaram seus lucros em 34% em 2021 (quando comparados a 2020), nós assistimos a inflação corroer o nosso poder de compra. Aliás, não podemos deixar de destacar que esta inflação vem, em grande medida, pela opção do governo Bolsonaro em aplicar uma política que indexa o petróleo, produzido, refinado e vendido no Brasil, ao valor praticado no mercado externo, de modo a garantir o lucro do capital internacional à custa da miséria dos trabalhadores brasileiros.

Outro importante debate, que precisamos realizar com nossos colegas, é a necessidade da unidade. Bolsonaro aposta na divisão dos trabalhadores do Serviço Público. Para isso, sinaliza aumento apenas para as categorias policiais. Defendemos o aumento dos colegas da área da Segurança. Contudo, o justo é que todas as categorias tenham direito à recomposição. Mais que isso, apostamos na unidade de todos, inclusive com as carreiras policiais, para garantir que a campanha salarial seja, de fato, vitoriosa.

Alertamos: o Governo não tem interesse em recompor as perdas reais de nenhuma categoria! Um setor do Governo continua defendendo a política de reajuste zero para TODOS os servidores. Na nossa categoria, sabemos que deverão pipocar os ensaios de que 'somos diferentes', que 'já temos mesa de negociação em andamento', de que 'já temos um projeto em tramitação', dentre outros argumentos. Afirmamos: esta é uma perigosa armadilha, que pode nos levar a uma grande derrota.

É preciso lembrar que, em 2015, após uma campanha salarial com muitas dificuldades de unificação, por conta da conjuntura que enfrentávamos à época, a proposta arrancada do Governo Temer foi a mesma para todas as carreiras (21,3%). Em 2012, o Governo Dilma (PT) afirmava que os servidores do Judiciário ficariam de fora do reajuste salarial. Foi a partir da campanha unificada que derrotamos a política de reajuste zero e chegamos ao índice de 15,8% para todas as carreiras.

Sabemos que não será fácil derrotar o Governo, o Congresso, os tribunais superiores e as administrações dos tribunais. Entretanto, temos certeza que isso é possível. Para isso é necessário construir uma forte mobilização, rumo à greve unificada dos Servidores Públicos Federais. Esta é a única forma de derrotar um Governo que entrega metade dos recursos do nosso orçamento para o sistema da Dívida Pública, privilegiando a bolsa banqueiro, cortando, para isso, quase R\$ 1 bilhão do INSS, R\$ 800 milhões da Educação e R\$ 75 milhões da Saúde. Será preciso muita unidade e muita luta para derrotar este governo de morte, inimigo dos trabalhadores e do povo brasileiro.

Acreditamos na nossa capacidade de fazê-lo.

CHARGE DO MÊS



**BOLSONARO E DEPUTADOS APROVAM "PL DO VENENO".**

**SINDJUFEB** SINDICATO DOS TRABALHADORES DO JUIZADO FEDERAL DO BRASIL

@hector\_cantunista #CZMP

# Sobre Autoritarismo, Liberdade e Passaporte Vacinal

Por Fred Barboza, da direção do Sindjufe-BA



FOTO: DIDA SAMPAIO/ESTADÃO CONTEÚDO

Seguindo a sua política de genocídio, Bolsonaro e seu bando vêm boicotando a vacinação contra a covid-19. Para isso, além das ações efetivas para dificultar a vacinação, o Genocida faz uso de uma disputa ideológica muito forte. Um dos temas recorrentes, e que frequentemente Bolsonaro faz uso, é o argumento do direito à liberdade individual. É este o argumento, que Bolsonaro vem utilizando na sua investida contra a vacinação e contra as medidas restritivas, popularmente apelidadas de passaporte vacinal, que alguns governadores e prefeitos vêm lançando mão em suas esferas de competência.

Não é preciso ir muito longe, para perceber que um assumido defensor da tortura, da ditadura militar e do modelo de educação da juventude hitlerista, não possui muito apego real por liberdade. Ainda assim, o argumento do direito à escolha se reveste de forte impacto no imaginário das pessoas. Apenas por isso, considero necessário se debruçar com um pouco mais de cuidado neste argumento, e buscar entender, que liberdade é essa, que Bolsonaro defende.

O conceito de liberdade é multifacetado e pode

ser usado de formas bem distintas a depender da concepção de mundo, que esteja se defendendo. A noção de liberdade na sociedade capitalista está historicamente relacionada com a noção de individualismo. Os dois conceitos emergem de modo intrinsecamente ligados durante o iluminismo e fundamentam a noção liberal ocidental de que existe uma primazia moral do indivíduo, contra qualquer pretensão da coletividade social.

Desde sua origem, a liberdade – quando apresentada sob esta perspectiva – é uma ideologia burguesa, que serve apenas para fundamentar o mercado de trabalho. É preciso homens livres, movidos pelo seu livre arbítrio, para a celebração de contratos. Contraditoriamente, é preciso homens livres, mas desprovidos da propriedade de qualquer meio de produção, proprietários apenas da própria força de trabalho para servirem de mão de obra explorada para o capital.

Marx, em “O Capital”, explica, de forma irônica, no que consiste exatamente a liberdade na sociedade capitalista: “para transformar dinheiro em capital, o possuidor de dinheiro tem, portanto, de encontrar

no mercado de mercadorias o trabalhador livre, e livre em dois sentidos: de ser uma pessoa livre, que dispõe de sua força de trabalho como sua mercadoria, e de, por outro lado, ser alguém que não tem outra mercadoria para vender, livre e solto, carecendo absolutamente de todas as coisas necessárias à realização de sua força de trabalho”.

Contudo, evidentemente a liberdade da burguesia, não é para os trabalhadores. Karl Marx fala sobre a forma de organização do trabalho dentro das unidades produtivas da sociedade capitalista: “se a direção capitalista é dúplice em seu conteúdo, em razão da duplicidade do próprio processo de produção a ser dirigido – que é, por um lado, processo social de trabalho para a produção de um produto e, por outro, processo de valorização do capital –, ela é despótica em sua forma”.

Neste trecho, Marx apresentará uma contradição da sociedade capitalista: a defesa ideológica da classe dominante burguesa, de menor regulação das relações fora das unidades produtivas, ou seja, a liberdade máxima, em oposição ao controle despótico do processo de produção dentro dessas unidades, ou seja, a menor liberdade possível, através do controle dos trabalhadores pelos capatazes modernos.

Esta contradição também vai se apresentar no corpo social, através da expressão do individualismo como faceta da liberdade, pois se a liberdade, entendida como total ausência de oposição, só pode ser plenamente exercida quando todos os indivíduos possuem o mesmo objetivo, como resolver as diferenças no corpo social? Como tratar da oposição entre indivíduos iguais? Ou, popularmente falando, como resolver a equação que a liberdade de um indivíduo termina quando começa a liberdade de seu próximo? Resaltamos que esta concepção de indivíduo é uma concepção da sociedade burguesa: são diversas as comunidades históricas, na qual o ser não consegue se perceber fora do corpo social ou como um elemento apartado do corpus ao qual ele pertence.

Se é verdade, que as medidas restritivas aos não vacinados, popularmente rotulada por exigência de passaporte vacinal, não é a ideal, porque opera sobre a lógica que é necessário incentivos ou restrições e portanto exhibe de fundo uma falha de solidariedade no corpo social, por outro é um argumento extremamente raso rotular estas medidas de arbitrária, pois ela se fundamenta na absurda lógica, de que na convivência social é possível a liberdade absoluta do indivíduo.

É esta mesma lógica, aqui sob as vestes de liberdade ampla e irrestrita de expressão, que leva a declarações de defesa do nazismo como a feita recentemente pelo Bruno Aiub, o Monark e pelo deputado Kim Kataguiri, não surpreendente, dois defensores da ‘liberdade’ na visão eminentemente burguesa. Liberais e fascistas são parceiros na manutenção do regime burguês.



FOTO: NATANAEL KISS/PREFEITURA DE LAURO DE FREITAS

Leia a versão estendida apontando o seu celular para o QR Code abaixo:



Ou acesse:

<https://bit.ly/3MtBL9I>

# Trabalhadoras nas ruas por emprego e direitos. Basta de fome e violência machista!

Confira na íntegra o Manifesto da CSP-Conlutas para este 8 de Março



FOTO: ROMERITO PONTES (2017)

O 8 de Março é uma data histórica de luta das mulheres trabalhadoras. Nos últimos anos, marcados pelo chamado à Greve Internacional de Mulheres, vimos explodir mobilizações gigantescas em várias partes do mundo.

No Brasil, os motivos para lutar não são poucos e não começaram agora, mas se aprofundaram muito, nos últimos anos, com a combinação da crise econômica + pandemia + governo genocida de Bolsonaro.

O desemprego, a miséria, as tarefas de cuidados e a violência contra as mulheres se intensificaram, com mais efeitos sobre as mulheres negras. Durante a pandemia, 54% dos empregos perdidos, no mundo, foram de mulheres. O relatório especial COVID-19, divulgado em Fevereiro de 2021, pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), aponta que 23 milhões delas foram adicionadas à pobreza, somente na América Latina e Caribe, totalizando 118 milhões vivendo nessas condições.

No Brasil, segundo dados levantados na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), no primeiro ano de pandemia, 480,3 mil vagas de empregos formais foram fechadas em 2020, sendo que 96,4% dessas vagas eram ocupadas por mulheres. Para as mulheres negras a taxa de desemprego é duas vezes maior do que para homens brancos. A retirada de direitos, efetivada pelas reformas Previdenciária e Trabalhista, aprofundou a exploração da nossa classe, atingindo, de forma ainda mais cruel, as mulheres e, especialmente, as mulheres negras, que ocupam os postos de trabalho mais precarizados.

Com o isolamento social, necessário para preservar vidas, as mulheres ficaram ainda mais expostas à violência doméstica, aos abusos sexuais e feminicídios. Entre Março e Abril de 2020 foi registrada uma denúncia de agressão, por minuto, e o índice de feminicídio subiu 22%. As adolescentes e jovens negras têm 3 vezes mais chances de sofrer múltiplas violências e 66% das vítimas de feminicídio são as mulheres negras.

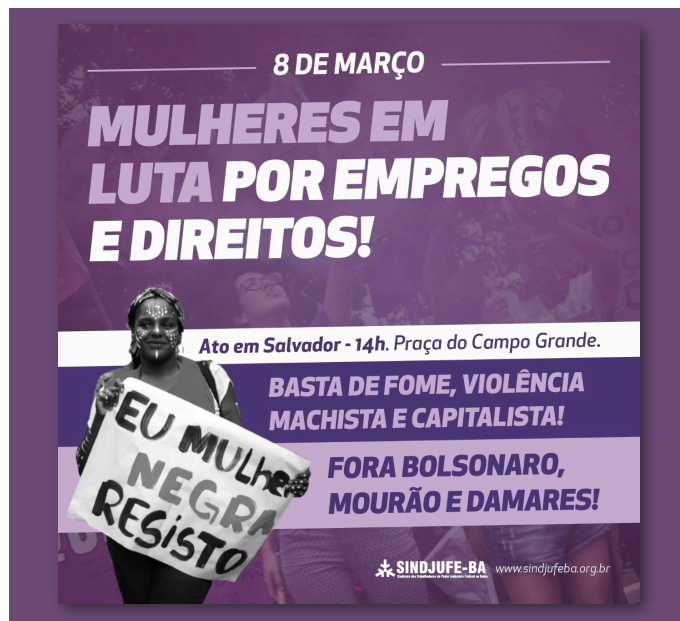
A população LGBT+ enfrenta situação de descaso completo. Até Março de 2021 havia um aumento de 40% nos assassinatos de pessoas trans e a violência intrafamiliar, para essa população, explodiu, evidenciada pelo aumento dos casos de depressão e tentativas de suicídio. Além disso, se já havia dificuldade para entrar no mercado de trabalho, durante a pandemia e com a precarização das relações trabalhistas, isso se agravou. Por parte do Governo houve invisibilidade da população LGBT+ e zero investimento em políticas para o setor, nos últimos dois anos.

Devido à política de despejos, que seguiram intensas durante a pandemia, entre Agosto de 2020 a Outubro de 2021, o número efetivo de famílias jogadas nas ruas subiu 269%, saltando de cerca de 6 mil para 23.500, conforme levantamento da “Campanha Despejo Zero”. O Amazonas, estado que colapsou com os casos de covid-19, foi também onde mais aconteceram despejos em 2020, atingindo mais de 3 mil famílias, seguido de São Paulo, que removeu cerca de 2 mil famílias. Nesse período, também, não houve trégua nos ataques e invasões às terras indígenas, assim como o aumento da exploração em garimpos ilegais e desmatamento. Em todas essas situações, mulheres e crianças ficaram mais vulneráveis e ameaçadas.

Nesse cenário de barbárie, não temos alternativa para o dia 8 de Março, senão voltar às ruas para demonstrar todo nosso repúdio a esse governo que, junto com figuras como a Ministra Damare Alves, reproduz as ideologias machistas mais conservadoras, não investe em políticas públicas capazes de responder às nossas demandas. Além disso, segue destruindo o pouco que conquistamos até aqui, a exemplo da tentativa de restringir, ainda mais, o acesso ao aborto legal, o desmantelamento da rede de assistência às vítimas de violência e os cortes significativos no orçamento da pasta de mulheres.

Entretanto, para derrotar Bolsonaro e colocá-lo para fora, imediatamente, não podemos cometer o erro de esquecer os ataques de governos passados e, muito menos, depositar as nossas fichas no processo eleitoral burguês.

Infelizmente, grande parte das organizações de mulheres ligadas à frente ampla (PT, PCdoB e parte do PSOL) insistem em atrelar o movimento à defesa cega dos governos petistas, os mesmos



que deram garantias ao setor conservador, através da “Carta ao povo de Deus”, que nada mudaria em relação ao tema da legalização do aborto; que vetaram o kit anti-homofobia nas escolas, para negociar o silêncio nas denúncias de corrupção; que votaram a lei antidrogas, fazendo explodir o encarceramento da população negra, dentre tantos outros ataques aos setores oprimidos da classe trabalhadora. O projeto apresentado por Lula, agora de mãos dadas com Alckmin, não serve para a nossa emancipação, nem de gênero e nem de classe.

Defendemos que os atos do 8 de Março não devem ter o caráter de palanque eleitoral, ao contrário, devem expressar a independência classista das mulheres e a disposição de enfrentar todos os governos que queiram nos oprimir e explorar. A unidade necessária é para lutar contra o machismo, o racismo, a LGBTfobia, a xenofobia, o capitalismo e todas suas mazelas.

Portanto, não nos basta trocar, nas eleições, Bolsonaro por outro gerente deste sistema. Precisamos avançar na consciência e na luta da nossa classe, por uma sociedade livre de toda opressão e exploração.

É para construir essa data, com esse caráter, que a CSP-Conlutas convida todas as trabalhadoras e todos os trabalhadores para participarem das atividades do 8M, tomando lado na luta contra o machismo, para avançarmos na destruição do sistema capitalista, que nos impõe essas opressões para lucrar sobre a nossa desgraça.

# Em 2022, seguir a luta contra a PEC 32

Nenhum passo atrás na luta em defesa dos serviços públicos. Avançar rumo à greve geral!

O SINDJUFE-BA, desde o início da tramitação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32 - Reforma Administrativa - vem fazendo uma campanha de conscientização voltada, tanto para a categoria, quanto para o conjunto da sociedade, sobre os aspectos negativos desta proposta de reforma reacionária, que visa transformar os serviços públicos em mercadoria.

No último período, o SINDJUFE-BA tem ampliado essa campanha e fortalecido a luta contra a PEC 32, aqui na Bahia e em Brasília. Veja algumas das ações realizadas pelo Sindicato:

## Cartazes e adesivos



O SINDJUFE-BA levou a luta contra PEC 32 às ruas. O Sindicato esteve presente em todas as manifestações da campanha 'Fora Bolsonaro'. Ao todo, foram confeccionados 5 modelos de cartazes e três modelos de adesivos da campanha em defesa dos serviços públicos, contra a Reforma Administrativa e pela derrubada deste governo genocida.

## Carro de som



O carro de som do SINDJUFE-BA circulou, diariamente, pelas ruas e bairros populares de Salvador, levando o recado contra a PEC 32, de forma simples e explicativa à população.

## Outdoor



O SINDJUFE-BA colocou outdoors nas ruas de Salvador contra a PEC 32. A iniciativa foi em conjunto com outras entidades sindicais que compõem o "Fórum Baiano em Defesa do Serviço Público".

## Inserções nas rádios

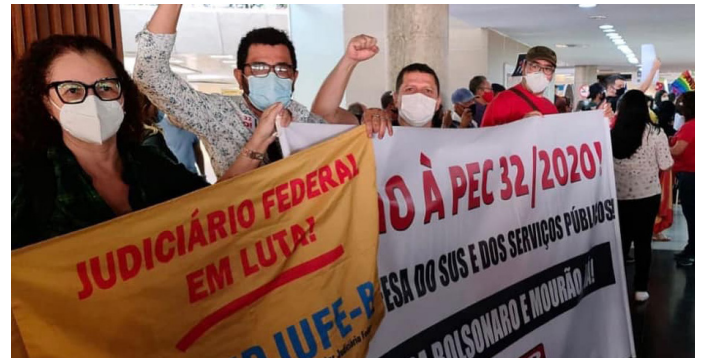


O SINDJUFE-BA fez inserções em rádios de Salvador e do interior da Bahia. O mapa de alcance das emissoras selecionadas contempla todas as regiões da Bahia, fazendo com que o nosso recado chegasse a 100% do território baiano. Fizemos dois spots especiais para a Rádio Metrô FM, veiculados durante as finais da Copa Sul-americana e da Copa Libertadores da América. Todas as inserções estão disponíveis em nossas redes sociais.

## Diálogos de Classe



Realizamos lives sobre o tema para alertar sobre os riscos da reforma.



## Atos no aeroporto de Salvador



O SINDJUFE-BA é parte do time que foi ao aeroporto de Salvador, toda semana, pressionar os parlamentares baianos a se posicionarem contra a PEC 32. O Sindicato garantiu a ida de Uber a todos os filiados que quisessem ir ao aeroporto.

## Caravana à Brasília



O SINDJUFE-BA foi um dos sindicatos mais presentes nas mobilizações em Brasília. O Sindicato enviou caravanas semanais, compostas por diretores da entidade e filiados de base. A ida à Brasília era aberta de forma ampla e democrática a todos os filiados, bastando apenas enviar um e-mail para caravana@sindjufeba.org.br informando o interesse em participar. Com a ameaça permanente de votação da PEC 32, as caravanas deverão voltar a acontecer este ano.

## Vídeos com a atriz Tânia Toko



O SINDJUFE-BA fez uma série de três vídeos com a atriz Tânia Toko, interpretando a famosa e irreverente personagem "Neuzão" da peça teatral e filme "Ó pai ó". Os vídeos, disponíveis em nossas redes sociais, tiveram um grande alcance nacional, viralizando nas redes sociais.

## Encarte Especial



Estão disponíveis em nosso site, dois encartes especiais elaborado pela Diretoria do SINDJUFE-BA. O primeiro destrinchava a proposta de Reforma Administrativa remetida por Bolsonaro ao Congresso. O segundo, intitulado "PEC 32, Reestruturação Produtiva, Inteligência Artificial e Judiciário 4.0", abordava a nova concepção de trabalho defendida pela burguesia aplicada ao serviço público e apresenta fundamentos preliminares, para o debate sobre carreira.

# Vamos à luta por melhores salários, por direitos e em defesa dos serviços públicos

## Recomposição emergencial de 19,99%, já!

A campanha pela recomposição salarial já começou. Após o anúncio do presidente Bolsonaro de conceder reajuste apenas para as carreiras policiais, dezenas de entidades nacionais e sindicatos estaduais, como o Sindjufe-BA, iniciaram o movimento. O índice acordado entre as entidades é 19,99%, que corresponde à inflação acumulada entre 2019 e 2021.

A maioria dos servidores, porém, está sem sem reajuste desde 2017. São cinco anos de congelamento, algumas categorias têm perdas de até 48%, neste período. No caso do Judiciário Federal, a última parcela do PCS (janeiro de 2019) foi o reajuste mais recente.

A meta de inflação do Governo para este ano é entre 2% e 5%, o que significa que, se não houver nenhum reajuste – considerando o valor máximo da meta, em janeiro do ano que vem – as perdas chegarão a 25%. Ou seja, teremos perdido  $\frac{1}{4}$  do poder de compra dos nossos salários, somente no governo Bolsonaro. O problema pode ser ainda mais grave, visto que a inflação deve ficar acima da meta, como ocorreu no ano passado.

## Sem diálogo

A pauta com a reivindicação da recomposição foi entregue ao Ministério da Economia no dia 18 de janeiro. Até o fechamento desta edição, não houve nenhuma mesa de negociação. O governo tem dito na imprensa que vai insistir na proposta de reajuste apenas para as carreiras policiais. Para abrir as negociações é necessário aumentar a pressão, com manifestações, paralisações e greves.

Esse arrocho no salário dos servidores é parte de uma política mais ampla de subfinanciamento do serviço público, de sucateamento e da tentativa permanente dos governos de privatizar e cobrar pelos serviços que são prestados à população.

## A nova jogada do Governo

O governo sente a pressão, mas busca alternativas para não fazer a recomposição dos salários de todas as categorias. Duas questões pesam: a primeira é que o reajus-

te, apenas para carreiras policiais, abrirá um flanco judicial, visto que a exigência de tratamento isonômico vai parar nos Tribunais. A segunda é que Bolsonaro e sua gangue só pensam em reeleição. E, como é de praxe em ano eleitoral, vai usar a máquina para tentar melhorar sua imagem.

A nova manobra do governo é falar, mais uma vez na imprensa, em um acréscimo linear para todos os servidores civis a título de 'bônus alimentação'.

O valor de R\$400, o mesmo do auxílio emergencial, não é por acaso. Insere-se na campanha de ataque aos servidores como privilegiados. O governo tem buscado apontar que o gasto com o funcionalismo é responsável pela falta de recursos em outras áreas, inclusive para o atendimento da população mais pobre.

O governo espera uma recusa dos servidores a este valor para ampliar



essa campanha canalha, e dizer que os servidores não aceitam como 'bônus' aquilo que milhões de brasileiros têm usado para sobreviver.

Com essa proposta, o governo procura dividir os servidores, colocar a população contra nós e, 'de quebra', dar um chute nos aposentados, já que 'bônus-alimentação' não contemplaria os inativos.

Não podemos deixar o governo nos confundir e dividir. Não devemos considerar nenhuma proposta que não seja apresentada formalmente às entidades em uma mesa de negociação. Temos que intensificar a mobilização, ampliar pressão sobre o governo, aproveitar o ano eleitoral, construindo em nossas bases o calendário de lutas aprovado nos fóruns nacionais e nas assembleias locais.

Leia a versão estendida apontando o seu celular para o QR Code:



Ou acesse: <https://bit.ly/3CgSBnQ>





FOTO: SCARLETT ROCHA/SINASEFE

## Governo e mídia capitalista fazem campanha permanente contra os servidores públicos

O governo e a grande mídia têm se esforçado para colocar a população contra os servidores públicos. Essa tática não é nova e os argumentos também não. É a velha ladainha de que o Estado brasileiro é muito grande e ineficiente, que os servidores ganham muito, são privilegiados, têm mordomias e não gostam de trabalhar. Coisas como essa aparecem especialmente nas falas do Ministro da Economia, Paulo Guedes, de matérias na imprensa, em comentários de jornalistas e políticos ditos liberais.

É curioso que Paulo Guedes ataque tanto os servidores. Até de parasitas ele nos chamou. Esse ministro é um sujeito asqueroso, que odeia pobre e vive de renda. Têm no seu histórico algumas acusações de fraudes a fundos de pensão de trabalhadores. Ele tem afundado a economia nacional enquanto seu dinheiro rende no exterior.

A verborragia de Paulo Guedes contra os servidores tem o objetivo de esconder de fato quem ele é. Um oportunista, que foi parar no Ministério da Economia e tem feito de tudo para ganhar “rios” de dinheiro.

O que não faltam são ideólogos da burguesia para espalhar mentiras e meias verdades sobre o funcionalismo público. Uma das mais propaladas é que o funcionalismo público é gigante no Brasil. Isto é falso. Quando comparado a outros países, o Brasil ocupa uma posição intermediária, tanto no que diz respeito à participação do emprego público no emprego total (12,5%), quanto no gasto com o funcionalismo.

Em países como Argentina e Uruguai o emprego público corresponde a 17,2% e 15%, do emprego total, respectivamente. Nos países da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) – onde estão Estados Unidos, Alemanha, Canadá, Reino Unido e

Itália – a média é 21,1%. E, diferente de outros países, essa proporção no Brasil não está crescendo (dados de 2011-2018).

Outro argumento comum é que os servidores públicos recebem super-salários. Para fazer isso, tomam o todo pela parte, desconsiderando a imensa desigualdade que há nas carreiras públicas. Em 2018, as dez remunerações mais altas do serviço público civil na esfera federal eram: procurador regional da República; procurador regional do Trabalho; procurador da República, ministro do Superior Tribunal do Trabalho, juiz de direito, procurador do Trabalho, juiz do Trabalho, juiz federal e dirigente do serviço público federal. É fácil notar que os salários mais altos estão concentrados entre juizes e procuradores e não na massa de servidores.

As matérias na imprensa e os discursos dos liberais gostam muito de fazer comparação com os salários praticados na iniciativa privada e apontar a discrepância. Essa turma deveria, então, ter entrado junto conosco na campanha contra a reforma trabalhista de 2017, que achatou ainda mais os salários no setor privado. São uns demagogos. Sim, existem “supersalários” sendo pagos na administração pública. Mas esses são uma minoria. Estão concentrados nos altos escalões do Judiciário e das Forças Armadas. A maioria dos servidores, na verdade, tem visto seus vencimentos serem corroídos pela inflação, levando a queda no nível de vida de suas famílias, ao endividamento, entre outros problemas. Há ainda graves problemas em carreiras subvalorizadas, com os trabalhadores ganhando muito mal.

### Com informações:

- Atlas do Estado Brasileiro – IPEA
- Nune e Teles, 2021: A Elite Salarial do Funcionalismo Público Federal: sugestões para uma reforma administrativa mais eficiente
- Rosse e Buono, 2020: Quem ganha mais no Serviço Público (Revista Piauí)

## NO CALENDÁRIO

### 8 de março

Dia Internacional de Luta das Mulheres

### 9 de março

Assembleia Geral dos/as trabalhadores/as do Judiciário Federal na Bahia

### 9 de março

Lançamento do Comando Nacional de Construção da Greve

### 16 de março

Dia Nacional de Greve – ultimato dos servidores ao Governo Federal

### 23 de março

Indicativo de Deflagração de Greve por Tempo Indeterminado

## Dívida pública desvia maior parte do orçamento para banqueiros Serviços públicos ficam com migalhas

De acordo com o levantamento realizado pela Auditoria Cidadã da Dívida, a partir dos dados oficiais do Governo Federal, em 2020, os gastos com o pagamento de juros e amortizações da Dívida Pública brasileira atingiram R\$1,381 trilhão. Este valor representa 39,08% de todo o orçamento do país. Dinheiro que é desviado diretamente para os cofres de grandes bancos e especuladores nacionais e estrangeiros. O valor é 33% superior ao que foi gasto em 2019.

Enquanto os banqueiros sugaram 40% do Orçamento Federal, Bolsonaro investiu migalhas nas áreas sociais: Saúde (4,26%), Educação (2,49%), Auxílio Emergencial (8,29%), Ciência e Tecnologia (0,17%), Saneamento (0,02%), Habitação (0,0001%), Cultura (0,01%), Direitos e Cidadania (0,02%).

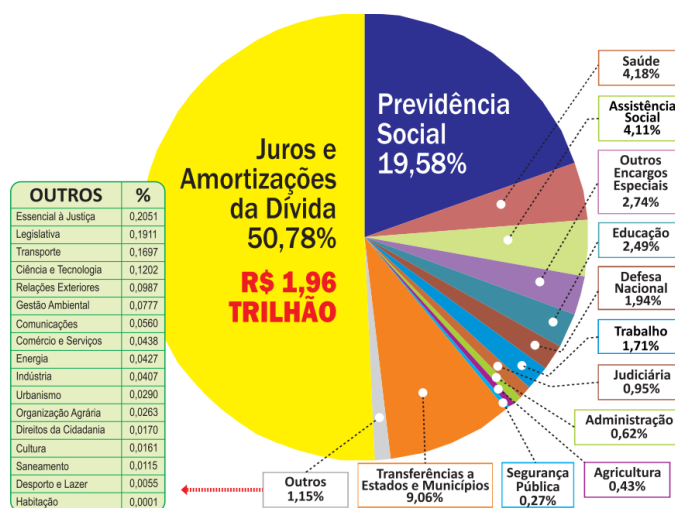
O gasto com juros e amortizações fechou, em 2021, em R\$ 1,96 trilhão, com T de tatu. Mais de 50% de todo o Orçamento Federal. Isso equivale a R\$5,4 bilhões de reais por dia. O estoque da dívida, em dezembro do ano passado, era de R\$ 7,38 trilhões de reais. A previsão é que, este ano, sejam gastos R\$ 2,47 trilhões com juros e amortizações, gasto superior a 52% de toda a despesa prevista, o que equivale a R\$ 6,7 bilhões por dia. Nesse processo, quanto mais se paga, mais se deve.

A Emenda Constitucional 95, que impõe um teto de gastos para a manutenção da estrutura do Estado e serviços prestados à população, deixou os gastos da Dívida Pública fora do teto, ou seja, sem controle ou limite algum. A EC 95 paralisa os investimentos em áreas essenciais, deixando a população desassistida em seus direitos constitucionais básicos.

O Sindjufe-BA apoia e integra a campanha em defesa da Auditoria da Dívida brasileira e a suspensão imediata dos mecanismos, que só fazem aumentar o endividamento público, de forma fraudulenta, para privilegiar bancos e especuladores.

A Dívida, gerada a partir de mecanismos fraudulentos e ilegais, é uma das principais razões para o estrangulamento das contas públicas no país e da falta de dinheiro para áreas essenciais como Saúde e Educação. Para garantir as demandas e reivindicações dos trabalhadores e dos mais pobres é preciso acabar com essa sangria dos recursos do país.

Defendemos a suspensão e o não pagamento dessa dívida fraudulenta, bem como o fim de medidas como a Emenda Constitucional 95, do Teto de Gastos.



FONTE: AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA, ORÇAMENTO EXECUTADO EM 2021

## CONGREJUBE 2022

### Calendário do Congresso da Federação foi ajustado

#### Eleição de delegados deve ocorrer até do dia 27 de março

A comissão organizadora do 11º Congrejufe encaminhou, na segunda quinzena de fevereiro, os novos prazos do Congresso. A atualização foi necessária em decorrência das incertezas geradas pelo aumento da contaminação pela Covid-19, no início do ano. Até o momento, está mantida a data e o local para realização do Congrejufe, de 27 de abril a 1º de maio, em Curitiba. A questão sanitária segue sendo uma preocupação. Veja o calendário ao lado.

<b>06/03/22</b>	Prazo final para inscrição de TODAS as propostas de Alteração Estatutária e de Organização Sindical, observando os critérios e formato estabelecidos e divulgados em boletim específico;
<b>15/03/22</b>	Prazo final para inscrição das teses de Balanço da Gestão e atuação da Fenajufe, observando os critérios e formato estabelecidos e divulgados boletim específico;
<b>28/03/22</b>	Prazo final para inscrição das teses de Pauta de reivindicações, plano de lutas e políticas permanentes, observados os critérios e formato estabelecidos e divulgados boletim específico;
<b>Até 27/03/22</b>	Prazo final para que os sindicatos realizem Congressos, Encontros ou Assembleias Gerais das entidades filiadas que elegerá os delegados(as), observadores (as) e suplentes do 11º Congrejufe (em análise, conforme as condições sanitárias);
<b>31/03/22</b>	Prazo final para inscrição das teses de Conjuntura internacional e nacional e calendário de lutas, observados os critérios e formato estabelecidos e divulgados;
<b>27/04 a 1º/05/2022</b>	Prazo final para inscrição das teses de Conjuntura internacional e nacional e calendário de lutas, observados os critérios e formato estabelecidos e divulgados;

# Machuca: amizade, revolução e contrarrevolução no Chile

Dica de uma bela obra chilena pouco conhecida no Brasil



MACHUCA, 2004. FOTO: DIVULGAÇÃO

Esta coluna já afirmou, em edições anteriores, que uma das grandes vantagens da popularização dos serviços de streaming é a possibilidade de acesso a filmes, que não seriam tão fáceis de assistir, mesmo no circuito alternativo de cinemas. Filmes oriundos de países onde a produção cinematográfica não tem a expressão dos grandes centros produtores de filmes, como os Estados Unidos, França e Índia, agora podem ser vistos com relativa facilidade.

É bem interessante perceber que, em muitos casos, filmes feitos fora destes países acabam tendo muito mais a nos dizer, justamente por retratar realidades bem mais próximas daquela que vivenciamos no nosso país. Filmes sul-americanos são excelentes candidatos a ocuparem esta posição e este é o caso da película chilena de 2004, Machuca.

Machuca se passa em Santiago, Capital do Chile, durante um período extremamente agitado. A Doutrina de Segurança Nacional, política estadunidense adotada durante a guerra fria como forma de impedir a expansão da influência soviética dentro e fora do território daquele país, já fazia estragos na soberania e na estabilidade das frágeis democracias latino-americanas. No Brasil, esta política já havia levado ao golpe civil-militar, que jogou o país numa ditadura que durou mais de duas décadas.

O filme retrata a amizade de três jovens, oriundos de diferentes classes sociais, tendo como pano de fundo o

conturbado governo de Salvador Allende. Entre marchas de sindicatos e organizações da classe trabalhadora e passeatas reacionárias com gritos nacionalistas e de pátria e liberdade, onde desfilavam fascistas e pequenos burgueses, vai se desenhando uma disputa que define o futuro da amizade dos jovens e o caminho que o próprio Chile irá trilhar.

A convivência entre os jovens os lança em direção a uma Santiago diferente daquela que cada um deles conhecia. Uma Santiago inacessível para a outra Santiago, separadas por um ribeirão. A perda da inocência dos garotos é a própria perda da inocência de toda uma geração. E, enquanto os muros da cidade apontam para a inevitabilidade de uma disputa que indicará o futuro do país, vemos que essa disputa também definirá o futuro dos três adolescentes.

Machuca é sobre a perda do rumo de um país. É sobre uma tragédia histórica, cujos ecos até hoje são sentidos, tragédia essa da qual o país ainda luta para se recuperar. Este período está na base dos eventos que desembocaram na revolução chilena que, com todas as suas contradições, abriu caminho para a atual Convenção Constituinte, onde os ecos daquela disputa, que se dava entre as marchas e passeatas, agora se repetem através de discursos, declarações e propostas.

Machuca foi dirigido por Andrés Wood e está disponível na Netflix.

# Campanha de filiação, novo jornal e site

Eventos festivos também marcarão os 20 anos do Sindjufe-BA



FOTOS: ASSESSORIA SINDJUFEB-BA

Era primeiro de maio de 2002, no auditório do Sindicato dos Bancários, na tradicional Avenida Sete de Setembro, Centro de Salvador. Os trabalhadores do Judiciário Federal na Bahia faziam história. Após um processo de lutas conjuntas, os servidores da Justiça Eleitoral, da Justiça Federal e da Justiça do Trabalho resolveram unificar as suas respectivas entidades de classe: o SINDJUSE (Sindicato dos Funcionários da Justiça Eleitoral); a ASSERJUFEB (Associação dos Servidores da Justiça Federal) e o SINTRAB (Sindicato dos Trabalhadores da Justiça do Trabalho da 5ª Região). Assim, nasceu o SINDJUFEB-BA (Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário Federal na Bahia).

O novo sindicato expressava a compreensão de que boa parte dos problemas enfrentados pelos trabalhadores destes três ramos da Justiça da União eram comuns: o combate ao assédio moral e ao produtivismo; a necessidade de organização para garantir melhores condições de trabalho; o enfrentamento aos governos e suas reformas, que retiravam o direito da categoria e dos brasileiros em geral; as duras campanhas salariais, bem como a luta pelo direito à data-base e a negociação coletiva.

A unificação era expressão concreta do reconhecimento que a entidade única seria um elemento de fortalecimento do processo de luta e organização da categoria.

Evidente, que um balanço mais aprofundado desse processo e da trajetória do SINDJUFEB-BA vai evidenciar, acertos, vitórias, erros, derrotas, mas não hesitamos em afirmar, que o balanço é positivo.

Desta forma, no ano em que o SINDJUFEB-BA completa 20 anos, achamos que é o momento de comemorar, mas também de fortalecer a entidade e deixá-la pronta para enfrentar as próximas duas décadas. A Diretoria do SINDJUFEB-BA está preparando uma série de ações comemorativas, que já começa com o lançamento deste novo formato de jornal e de uma nova logo que, inspirada na logo original do SINDJUFEB-BA, conecta-se com a nossa história e aponta para o futuro. A nova logo mantém a ideia das setas estilizadas apontando para o mesmo objetivo, mas agora inclui a quarta seta, da Justiça Militar.

Ainda vem muito mais por aí: estão previstos um novo site, mascote, um resgate audiovisual da história do sindicato, tudo ligado a uma campanha de filiação, que buscará ampliar a representatividade do sindicato, além do aumento da participação dos seus filiados, razão da existência da entidade. Este processo deverá culminar com um evento de confraternização e saúde, que você não se arrependerá de esperar. Afinal de contas, 20 anos de história merecem ser comemorados em alto estilo.

**EXPEDIENTE** Boletim do Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário Federal na Bahia. Sede: Edf. CAB Empresarial - Av. Ulisses Guimarães, 3302, Sussuarana - 1ª Andar - CEP 41213-000, Salvador/BA. Tel/Fax: (71) 3241.1131/2027 / (71) 3326.0383/0174. Diretoria: Aldacy Sacramento, Fernanda Marques, Frederico Barboza, Jailson Lage, Jayr Figueredo, Lindinalva de Souza, Maria Lúcia Martins e Rommel Robatto. Editores: Lindinalva de Souza, Frederico Barboza. Jornalista: Iargo Souza (DRT 2410/SE). Projeto Gráfico e Diagramação: Merieny Gatto. Site: [www.sindjufeba.org.br](http://www.sindjufeba.org.br). E-mail: [sindjufeba@sindjufeba.org.br](mailto:sindjufeba@sindjufeba.org.br) |